



Fux retifica documento que levou à impugnação da candidatura de Gustavo Rocha

apresentação pelo procurador regional eleitoral do DF, Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, de uma ação de impugnação da candidatura de Gustavo Rocha, sob o fundamento de inelegibilidade decorrente da ausência de desincompatibilização de fato do cargo de secretário de estado da Casa Civil do Distrito Federal. Apesar de o candidato ter sido formalmente exonerado da função pública antes de 2 de abril de 2026, o MP Eleitoral apontou que ele continuou exercendo atribuições típicas do cargo administrativo e citou como principal prova a ata da audiência no STF. A retificação da ata será anexada ao processo no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF).



O ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do DF Valdir Oliveira completou 60 anos nesta semana e celebrou a nova idade com uma tatuagem: um leão. Nada a ver com política. O animal é o símbolo do Fortaleza Esporte Clube, time do coração de Valdir. Neste ano, ele comemora 50 anos como torcedor.

O presidente Lula não quis gravar mensagens separadas de apoio às candidatas de sua base ao Senado no DF. Fez questão de tirar foto com Leila do Vôlei (PDT) e Erika Kokay (PT) juntas. E gravou: “Quem vota na Leila vota na Érika. Quem vota em Érika vota na Leila”.

O ex-senador José Antonio Reguffe gravou mensagem declarando voto na senadora Leila do Vôlei (PDT). Disse que os dois trabalharam juntos em várias questões de interesse público no Senado. Para o governo, ele está com Paula Belmonte (PSDB).



O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) realizou, ontem, cerimônia de inauguração da mostra temporária *JK: Entre cartas e caminhos*. O evento contou com a presença do presidente do TJDFT, desembargador Jair Soares, e diversas autoridades locais. Idealizada pelo 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador Fernando Habibe, a exposição apresenta ao público cartas manuscritas de Juscelino Kubitschek, documentos, fotografias, moedas, medalhas e selos que ajudam a narrar a construção de Brasília e a instalação do Judiciário na pendências originais escritas por pelo Senado Federal e doadas, apresenta aspectos da trajetória e resgatar sua contribuição até a fundação de Brasília.



As críticas do passado de Rodrigo Rollemberg (PSB) à gestão de Agnello Queiroz (PT) no Palácio do Buriti deixaram mágoas. Quando Agnello se refere a Rollemberg não cita o nome. Ele diz "aquele que me sucedeu". Agora os dois são candidatos a deputado federal e, se forem eleitos, serão colegas de bancada.



Leandro Grass (PT), candidato a governador

**Celina Leão (PP), governadora,
candidata à reeleição**



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



Ficha Limpa voltará a julgamento

A candidatura de José Roberto Arruda (PSD) foi impugnada pelo Ministério Público. Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar mudanças na legislação eleitoral que podem beneficiar o ex-governador. Previsão de novo julgamento é para setembro

Bocini Coutinho/STP



Ministro Gilmar Mendes, do STF, pediu vista no processo

as mudanças na Lei da Ficha Limpa afrontam a Constituição, Arruda ficará impedido de concorrer. A Lei Complementar 219/2025 estabelece novos prazos para contagem da pena de inelegibilidade imposta a condenados por improbidade administrativa.

estabelecendo um limite de 12 anos em casos de processos com conexão. Hoje, a pena só começa a valer quando o processo transita em julgado e a demora na tramitação dos diversos recursos acaba ampliando a sanção porque o político fica impedido de se candidatar



Candidato ao GDF José Roberto Arruda (PSD) é um dos interessados

a qualquer cargo público a partir da publicação do acórdão em órgão colegiado.

É o caso de Arruda. Ele foi condenado pelo Tribunal de Justiça do

DF em junho de 2014. Já naquela eleição, o ex-governador ficou impedido de concorrer. Se as novas regras valerem para o caso dele, hoje, 12 anos depois, estaria livre para disputar o pleito de outubro. Mas a questão é controversa. Mesmo que o STF aponte a constitucionalidade

da lei aprovada no ano passado pelo Congresso e sancionada com vetos pelo presidente Lula, Arruda tem outros obstáculos a vencer.

Na quinta-feira (20), o procurador regional eleitoral do DF, Francisco Guilherme Vollandstedt Bastos, apresentou ação de impugnação da candidatura de Arruda alegando que o ex-governador do DF está inelegível até dezembro de 2030. Ele considerou que Arruda sofreu seis condenações em outros graus em processos sem conexão. Embora sejam todas ações de improbidade administrativa decorrentes da Operação Caixa de Pandora, as acusações de desvios de recursos se referem a contratos distintos. O Ministério Público Eleitoral também sustentou que o TJDFT já se manifestou sobre o tema e avaliou que não eram processos com conexão entre si.

Outro ponto levantado pelo MP é a irretroatividade da lei nos casos que envolvem improbidade. O tema 1199 do STF estabeleceu que as leis que criam benefícios não alcançam ações já julgadas.